

O PRETÉRITO PERFEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL E NO PORTUGUÊS DE PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

Juliana Bertucci Barbosa*

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo um estudo comparativo do pretérito perfeito simples e composto do Português Brasileiro (PB) com o Português de Portugal (PP) do século XX. Buscamos com este trabalho: 1. uma caracterização que parta de uma definição semântica abstrata para chegar a uma explicação dos possíveis usos e funções atribuídos às duas formas pretéritas no Português atual; e 2. a identificação de semelhanças e/ou diferenças nos usos e funções desses tempos nessas duas diferentes variedades do português atual (Português do Brasil e Português de Portugal).

Palavras-chave: variação linguística; traços semânticos; português.

INTRODUÇÃO¹

■ Partindo da noção de que língua varia e pode mudar ao longo do tempo (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994) – e de acordo com espaço –, apresentamos, neste artigo, um estudo descritivo-comparativo do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC) do Português Brasileiro (PB) com o Português de Portugal (PP) do século XX. Partimos de uma caracterização que se baseia em uma definição semântica abstrata para chegar a uma explicação dos possíveis usos e funções atribuídos às duas formas pretéritas no português brasileiro atual (cf. BARBOSA, 2008) e a identificação de semelhanças e/ou diferenças nos usos e funções desses tempos nessas duas diferentes variedades do português atual (português brasileiro e português de Portugal).

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professora adjunta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: julianabertucci@gmail.com

1 Trabalho apresentado no XXVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, na Universidade de Valência (2010). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Este estudo mais aprofundado do PPC e do PPS justifica-se com base, principalmente, nos seguintes argumentos: 1. as características aspectuais do Pretérito Perfeito Composto (PPC) e do Pretérito Perfeito Simples (PPS); 2. o contraste do uso do PPC no português e nas demais línguas românicas; 3. a baixa frequência do PPC no português brasileiro atual. Dessa forma, pretendemos, por um lado, estabelecer com mais clareza as diretrizes que norteiam as mudanças no sistema verbal do português brasileiro, e, por outro, na comparação com o português de Portugal atual, verificar se lá essas formas possuem o mesmo uso e funções, como parece apontar Silva (1998).

Assim, inicialmente apresentaremos alguns embasamentos semânticos que norteiam esta pesquisa, em especial as relacionadas às questões de tempo e aspecto verbal; em seguida, refletiremos sobre a análise descritivo-comparativa dos usos do PPS e do PPC no PP e no PB.

INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA

Para realizarmos a análise das formas do PPS e do PPC do modo Indicativo no português brasileiro e português de Portugal, tivemos que buscar embasamento teórico em estudos sobre as três categorias semânticas verbais: tempo, modo e aspecto.

Admitimos que as interpretações dos tempos verbais no sintagma, na frase e no texto são solidárias e consideramos como núcleo sintático-semântico da frase o verbo. Partimos da hipótese, para a elaboração do trabalho, de que as categorias modo, tempo e aspecto não estão apenas morfologicamente amalgamadas no português; relacionam-se estruturalmente também do ponto de vista semântico, ainda que muitas vezes seja possível identificar a predominância de uma delas na realização dos enunciados.

O tempo é uma categoria dêitica que expressa relações de anterioridade ou simultaneidade entre três momentos (Momento da Fala – MF, Momento do Evento – ME e o Momento de Referência – MR) (CORÔA, 1985; BARBOSA, 2008); por sua vez, o aspecto é uma categoria não dêitica, que quantifica o evento expresso pelo verbo ou exprime a constituição interna de fases, momentos ou intervalos de tempo que se incluem nesse evento (CORÔA, 1985; BARBOSA, 2008). Por fim, o modo é a categoria que expressa uma apreciação qualitativa em relação ao enunciado, uma tomada de posição do sujeito falante, a manifestação da vontade, sentimentos ou julgamento do sujeito gramatical (LOBATO, 1971).

Se a ligação intrínseca entre as três categorias em geral não é questionada, a hipótese de valores semânticos não ambíguos é fonte de divergências. Para autores como Lyons (1977) e Mateus et al. (2003), as formas verbais são polissêmicas. O caso típico é o do presente do Indicativo, que pode ser empregado para expressar futuro e na afirmação de fatos atemporais ou ontemporais. Apoiamo-nos em Ilari (1997) para avaliar duas opções de abordagem da questão da ambiguidade das formas verbais. Para o semanticista, postular tal ambiguidade seria problemático, pois, “à falta de adjuntos, os tempos verbais não são realmente polissêmicos, havendo interpretações privilegiadas, se não obrigatórias” (ILARI, 1997, p. 25). Outra dificuldade apontada por Ilari (1997) é que às vezes é o verbo que opera sobre o adjunto e não o contrário, como na frase (1), em que, segundo o autor, *agora* indica um momento passado:

(1) Agora, o paciente já não sentia dores, só um leve cansaço.

Excepcionalmente, as interpretações do adjunto e do verbo podem até ser não equivalentes, como na frase “Eu sou você amanhã”, de um antigo comercial de vodca.

Em vista disso, concluímos que a interpretação semântica do sintagma verbal nem sempre está subordinada à interação com adjuntos, e preferimos não adotar a hipótese da polissemia, conscientes, portanto, de que teremos de buscar de representações mais abstratas.

A interpretação semântica dos tempos verbais

Assim como nós, também Corôa (1985) procurou atribuir a cada tempo verbal do português uma definição única e não ambígua. Fundamentadas nos estudos de Reichenbach (1980), suas representações não levam em conta a interação verbo/adjunto temporal, nem o uso de auxiliares na expressão do tempo, centrando-se na interpretação fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo. Partindo das possibilidades combinatórias dos três pontos temporais reichenbachianos – que ela denomina Momentos do Evento (ME), Momento da Fala (MF) e Momento da Referência (MR) –, tenta verificar quais delas estão gramaticalizadas em nossa língua, admitindo graus diferentes de abstração para os momentos:

Dos três momentos, é o ME que se manifesta mais concretamente por ter um referente definido e captar mais objetivamente o intervalo de tempo em que decorre o processo, evento, ação ou estado descrito. É, como diz Ilari (1981) o tempo da realização do predicado. O MF, por estar ligado mais diretamente ao ato de comunicação e à pessoa do discurso, tem seus limites um pouco mais ambigualmente colocados [...]. Entretanto, é o MR o mais complexo desses construtos. Sua natureza quase que estritamente teórica faz com que esteja mais afastado do ato de comunicação do que o MF e que seus contornos sejam ainda menos concretamente percebidos (CORÔA, 1985, p. 42).

Desse reconhecimento da não concretude dos momentos resulta uma grande riqueza de possibilidades para o aproveitamento do esquema de Corôa (1985) na explicação dos diferentes usos e valores dos tempos verbais. Aceitando-se a não concretude dos momentos, elimina-se a necessidade de derivar contextualmente a sua interpretação. Pode-se considerar que a localização dos momentos já está contida nos morfemas flexionais isolados. Caso contrário, a fixação dos momentos seria parte das implicaturas² dos tempos verbais, e não do seu significado.

Corôa (1985) apresenta as seguintes definições para os tempos do Indicativo português (as vírgulas indicam simultaneidade, e os hífens, anterioridade):

Presente: ME, MF, MR

Imperfeito: ME, MR – MF

Mais-Que-Perfeito: ME – MR – MF

Futuro do Presente: MR, MF – ME

Futuro do Pretérito: MR – MF – ME

Futuro do Presente Composto: MF – ME – MR

A autora atribui simultaneidade MF e MR nos chamados tempos absolutos: presente, perfeito e futuro do presente. Corôa (1985) afirma que tal formulação é aplicável ao perfeito porque se contempla o resultado do evento, e o sistema de referência se distancia então do momento de realização desse evento, aproximando-se do momento da fala: expressa-se um fato já ocorrido visto a partir do momento da enunciação, tendo-se como referência algo “atual”, pois o resultado é, no perfeito, muitas vezes mais importante que o próprio evento. Daí resulta também a distinção temporal entre perfeito e imperfeito, pois neste último o evento é visto da perspectiva passada³.

No futuro do presente, MF é simultâneo a MR porque o evento é visto da perspectiva do MF, embora se realize posteriormente. Como se vê, a autora não leva em conta os referentes concretos de ME, nem os atos de fala concretos. Na definição do futuro do pretérito, ME é posterior a MF porque o evento é previsto como futuro a partir de uma perspectiva passada; como essa possibilidade é contemplada a partir de um sistema de referência que se coloca antes da enunciação, MR é anterior a MF.

Finalmente, considerando que os momentos são conjuntos de pontos ou intervalos de tempo, a autora afirma que não é preciso haver coincidência extensional entre ME, MR e MF para que os consideremos simultâneos; basta que haja um ponto de coincidência. Por exemplo, nos casos de presente histórico ou dramático, o MR se amplia, deslocando-se para o passado e “abrangendo-o de tal modo que tanto o MF como o ME se incluem no MR. [...] ME e MF não têm necessariamente pontos em comum, mas ambos o têm como o MR” (CORÔA, 1985, p. 47).

A caracterização temporal e aspectual do pretérito perfeito

Como visto, ao pretérito perfeito corresponde, segundo Corôa (1985), a definição [ME – MR, MF], que permite explicar os usos registrados nas gramáticas e manuais: “para descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente” (CUNHA, 1972, p. 434). Corôa (1985) nada nos diz a respeito de uma possível distinção entre a forma simples e a composta do pretérito perfeito, levando-nos a deduzir que ambas possuem a mesma interpretação semântica. Porém, essa suposição não é compartilhada por todos os que se dedicam ao estudo dos tempos verbais.

Para a maioria dos autores consultados (PEREIRA, 1927; DIAS, 1970; SAID ALI, 1964; MELO, 1968; CUNHA, 1972), a diferença está em que o Pretérito Perfeito Simples (PPS) expressa uma ação completa ou concluída, enquanto a forma composta (PPC) expressa a continuidade ou repetição de uma ação até o momento em que falamos. Dias (1970, p. 188-189) chama o perfeito simples de definido, e o composto, indefinido.

Soares Barbosa (1871) dá à forma que chamamos de perfeito composto o nome de presente perfeito. Para esse autor, na forma “tenho sido”, o auxiliar denota um tempo presente, e o particípio, um evento acabado. A forma composta pode fazer referência a qualquer tempo passado cujo período de existência venha acabar no presente.

3 Embora postule uma distinção temporal entre perfeito e imperfeito, a autora reconhece que tal distinção deve ser complementada por outra, de base aspectual.

Ilari (1997) afirma que o perfeito composto possui diferenças semânticas relevantes, distinguindo-se dos demais tempos em relação ao seu sentido e não apenas em relação à forma. Neves (2000) também salienta o valor aspectual do perfeito composto, introduzindo-o na exemplificação de operadores de iteração.

Finalmente, autores que, como Koch (1984, 1997), investigaram a progressão temporal em textos do português, procurando opor os tempos segundo o modo de enunciação (experiential ou narrativo), costumam incluir o perfeito simples no grupo da narrativa (pretérito), e o composto no do comentário (presente).

Comparando as diferentes propostas, vemos que quase todos os autores se concentram nos valores de duração/continuidade e iteração da forma composta, mas não se posicionam claramente quanto ao valor temporal, com exceção de Soares Barbosa (1871), que lhe atribui valor de presente. Quanto ao perfeito simples, todos ressaltam o valor de pretérito e de evento completado.

Essas considerações trazem à tona questões que nos parecem importante elucidar quanto aos dois pretéritos do PB:

- (a) É possível distinguir os dois tempos do ponto de vista semântico? O perfeito simples possui interpretação temporal distinta da do perfeito composto?
- (b) O perfeito composto pode ainda ser incluído entre os tempos pretéritos do português brasileiro?
- (c) Os empregos apontados nas gramáticas normativas correspondem à realidade da língua portuguesa? Ou as variações e rearranjos já provocaram um distanciamento entre o prescritivo e o descritivo?

Em outras palavras, o perfeito composto tem valor aspectual ou temporal, e, se puder ser caracterizado como tempo, é presente ou pretérito?

Para tentar responder a tais questões, tomamos como ponto de partida a morfologia dos dois pretéritos: forma simples (flexionada) e forma composta de auxiliar + base participial. Dentre os gramáticos estudados, o único que parece levar em conta tal distinção é Soares Barbosa (1871), que, como vimos, atribui ao perfeito composto valor temporal de presente e aspectual de perfeito. Observe-se que o autor desconsidera a relação do auxiliar com a base, apoiando-se no valor de presente contido no auxiliar, isoladamente, para derivar a interpretação da forma composta. Entretanto, a auxiliaridade é vista como um processo em que o auxiliar interage com a base nominal e produz como resultado um efeito semântico diverso do que seria obtido pelo uso de cada um dos verbos isoladamente. No caso específico das perífrases temporais, Ilari (1981, p. 189) afirma que o auxiliar “toma por argumento a interpretação temporal dos afixos das formas conjugadas e dá como valor a interpretação temporal da perífrase de tempo no seu todo”. Nesse caso, o auxiliar equivale praticamente a um morfema gramatical de tempo que fosse afixado ao radical de um verbo pleno. Adquire, portanto, o estatuto de categoria funcional. A interpretação proposta por Soares Barbosa (1871) parece aplicar-se mais à construção que deu origem à perífrase, em que *ter* pode ser classificado como um verbo pleno, pertencente a uma categoria lexical. A diferença pode ser observada em exemplos como os seguintes:

- (2) Tenho a monografia escrita.
 (3) Tenho escrito a monografia.

As duas frases não equivalem semanticamente, como pode ser constatado pelo teste da pressuposição: em (2), a monografia está escrita, e, em (3), não.

Ilari (1997, p. 29) ressalta que *ter* deve ser tratado como auxiliar de tempo porque leva o evento das sentenças em que aparece a ser interpretado sistematicamente como “passado em relação ao tempo em que se localizaria, se aquele morfema de tempo fosse aplicado à base verbal”.

Outra característica do perfeito composto, segundo os autores citados, é expressar um evento que tem início no passado e se estende/continua até o presente. Comrie (1986, p. 199-200), porém, afirma que o PPC expressa um fato concluído no passado.

De acordo com o linguista, se desejamos indicar explicitamente que o hábito inclui o momento presente, utilizamos o presente do Indicativo. Ao contrário do que postulam Fiorin (1995) e Cano (1998), não é necessário que o evento esteja inacabado, como se pode perceber retomando o exemplo (3): o evento “escrever” não está obrigatoriamente em curso no momento em que o falante enuncia a frase, embora a monografia esteja inconclusa.

Outro argumento que enfraquece a hipótese de que o PPC não tem referência temporal pretérita é o fato de que situações que se prolongam até o momento da fala podem ser expressas não só pelo Presente, mas também pelo Perfeito Simples (+ adjuntos):

- (4) Gabriele *mora* nos Estados Unidos desde que nasceu.
 (5) Gabriele sempre *morou* nos Estados Unidos.

Tais frases parecem até mais naturais, no português brasileiro, do que a correspondente com o PPC:

- (6) Gabriele tem morado nos Estados Unidos (sempre/desde que nasceu).

Além disso, como nem sempre a situação se estende até o presente, podemos utilizar o perfeito:

- (7) Faz dez anos que Gabriele *mora* nos Estados Unidos.
 (8) ? Faz dez anos que Gabriele *morou* nos Estados Unidos⁴.
 (9) * Faz dez anos que Gabriele *tem morado* nos Estados Unidos.

Tudo isso nos mostra que tanto o PPS como o PPC devem receber a mesma definição temporal: ME – MR, MF. Portanto, concluímos que as diferenças entre esses dois tempos do PB devem ser buscadas em outros componentes de seu significado.

Uma solução possível nos é indicada por Ilari (s.d.), que, ao analisar frases com o PPC no português brasileiro, aponta várias características dessa forma, das quais destacamos as seguintes:

4 Possível, desde que a situação não perdure mais, isto é, com a interpretação de que Gabriele morou nos Estados Unidos até 1992.

- expressa iteração, independentemente de estar presente na oração um adjunto de frequência, podendo eventualmente assumir valor de continuidade;
- a distinção entre o valor iterativo e o durativo tem a ver com características aspectuais do predicado;
- não pode ser usado para expressar um período de tempo que começa e se conclui no passado, para descrever fatos que se processam uma única vez, ou um número definido de vezes;
- a iteração, que o autor compara à pluralização de eventos, pode ser entendida como um escalonamento de eventos no tempo, não necessariamente regular.

Na tentativa de explicar de maneira unitária tais propriedades, Ilari (s.d.) sugere que o PPC seja tratado como uma função que se aplica a diferentes tipos de predicados, de maneira semelhante a certos operadores quantificacionais do português, os quais podem incidir sobre nomes indicativos de quantidade contínua ou descontínua (*muitos livros* vs. *muito açúcar*). Aplicando tal proposta ao PPC, poderíamos dizer que, além de gramaticalizar tempo pretérito e aspecto perfectivo, constitui-se em operador de aspecto quantificacional, que – atuando sobre predicados de natureza diversa⁵ – produz como resultado eventos plurais relacionáveis à continuidade (duração) ou descontinuidade (iteração). Aproveitando a sugestão de Mateus et al. (2003), podemos propor para esse aspecto a representação $[p^n \text{ em } I_p]$, onde p simboliza o evento, e I_p , o intervalo de tempo em que esse evento se realiza (de maneira ilimitada e contínua ou descontínua).

O PPS também pode expressar a pluralização de eventos, mas não a assinala explicitamente como a forma composta. Atribui-se então ao PPS o valor de forma não marcada em relação aos PPC⁶. Desse modo, a explicitação estaria condicionada à interação com adjuntos:

(10) As crianças choraram (várias vezes) (durante a viagem).

Em vista disso, concluímos que é possível distinguir os pretéritos do ponto de vista aspectual. Para tanto, aproveitamos a conceituação de Corôa (1985, p. 74), segundo a qual o aspecto é *a quantificação dos subeventos de um evento*. Um subevento é qualquer dos estágios intermediários de um evento, inclusive o inicial e o terminal. O perfeito simples se opõe ao imperfeito porque, no primeiro, todos os estágios se realizam no intervalo de tempo compreendido pelo evento em questão, e, no segundo, ao menos um subevento se localiza nesse intervalo de tempo. Conciliando a distinção de Corôa (1985) com a função de pluralização de eventos atribuída por Ilari (s.d.) ao PPC, podemos dizer que, no perfeito composto, mais de um (sub)evento está necessariamente incluído no I_p . Se a interação do auxiliar com a base resulta em interpretação iterativa, temos a pluralidade de eventos; numa interpretação durativa, os produtos são subeventos plurais. Essa concepção ajuda a entender por que os (sub)eventos expressos pelo PPC podem

5 Não vamos nos deter nessa questão, que foge ao objetivo principal do trabalho. Ao que tudo indica, a interpretação preferencialmente durativa ou frequentativa pode estar condicionada ao conteúdo lexical da base ou a certos adjuntos. Para maiores detalhes, ver Ilari (s. d.) ou Cano (1998).

6 Da mesma forma como se consideram o singular e o masculino não marcados em relação ao plural e ao feminino.

ser interpretados como estendendo-se até o presente ou futuro: o fato de alguns estágios se localizarem no intervalo de tempo em questão deixa aberta a possibilidade de que outros estágios venham a se realizar fora desse I_t .

Como se verifica, a análise aspectual nos permite distinguir semanticamente o PPS do PPC. Vejamos agora se tal distinção é suficiente para explicar os usos desses dois tempos no português de Portugal e no português do Brasil.

MATERIAL E METODOLOGIA

Entre o Português de Portugal (PP) e o Português do Brasil (PB), como já ressaltado no início deste trabalho, podemos identificar algumas diferenças em diversos níveis linguísticos. Mas será que em relação aos usos e funções do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC) no Português Brasileiro (PB) e no Português de Portugal (PP) atual existiria alguma dissimilitude? O PPC seria uma forma “frequente” no PP, como aponta Silva (1998, p. 12), ou seria uma forma de pouco rendimento, assim como ocorre no PB – como constatamos em Barbosa (2008) – em razão de suas restrições semânticas, como os traços [+genérico] e [+indefinido]?

Tentamos responder a essas questões montando um *corpus* do português de Portugal do século XX e o comparando com um do português brasileiro da mesma época, para que assim pudéssemos confrontar os usos desses dois tempos nas duas variedades.

Após a montagem do *corpus*, selecionamos as ocorrências das formas verbais simples e composta do pretérito perfeito do modo Indicativo, e as analisamos de acordo com os grupos de fatores: 1. variedades do português atual (PP *vs.* PB); 2. grau de formalidade dos textos; 3. semantema do verbo (têlico *vs.* atélico); 4. valor semântico (iterativo, durativo e perfectivo); 5. presença ou ausência de adjunto adverbial. Em seguida, utilizamos o pacote de programas estatísticos Varbul. Neste artigo, apresentaremos os resultados mais relevantes que permitem que identifiquemos as similaridades e as diferenças dos empregos das formas do PPC e PPS nessas duas variedades do português.

A análise dos dados: o PPC e o PPS nas duas variedades do português atual

Comparando as ocorrências do PPC e PPS no Português Brasileiro (PB) e no Português de Portugal (PP), chegamos aos seguintes índices gerais:

Tabela 1 – Ocorrências do PPC e PPS no PP e no PB do século XX

	PPS		PPC		TOTAL (Leitura horizontal →)	
	Nº	→%	Nº	→%		
PP	564	90%	61	10%	625	100 %
PB	543	95%	30	5%	573	100 %

Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos perceber, as ocorrências do PPS, tanto no PP (564/90%) como no PB (543/95%), mostram-nos que, nessas duas variedades, o PPC é uma forma verbal de pouca rentabilidade. Essa constatação se assemelha à de Barbosa (2008) sobre o PPC no português brasileiro do século XX e contraria a afirmação de Silva (1998, p.12) sobre a frequência do PPC no português de Portugal.

A partir da leitura vertical da Tabela 1, podemos observar que a forma composta é numericamente mais produtiva no PP (61/67%) do que no PB (30/33%). Porém, é importante destacar que essa diferença não implica, necessariamente, que o Pretérito Perfeito Composto (PPC) possui empregos distintos nas duas variedades analisadas neste trabalho; esses dados serão explicados mais detalhadamente após a análise dos outros grupos de fatores e dos cruzamentos de dados.

Variedade do português versus valores aspectuais das formas verbais

Ao confrontarmos os dados da variedade do português com os dados dos valores semânticos (traços aspectuais: iteração, duração e predominantemente perfectivo) expressos pelas formas verbais simples e compostas selecionadas em nosso *corpus*, tentamos verificar se o PPS ou o PPC, em alguma das variedades, possuía um valor aspectual mais produtivo. Observemos os resultados encontrados:

Tabela 2 – Valores aspectuais do PPC nas variedades do português

PPC	PP		PB	
	Nº	%	Nº	%
	Iteração	35	57%	18
Duração	26	43%	12	40%
Perfectivo	-	-	-	-
TOTAL (Leitura vertical)	61	100%	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da Tabela 2 demonstram que o PPC, em ambas as variedades do português, não ocorre com valor predominantemente perfectivo, apenas com valores iterativos (no PP, com 57% das ocorrências; e no PB, com 60%) e durativos (no PP, com 43% das ocorrências; e no PB, com 40%). Esses dados corroboram as definições adotadas para esse tempo verbal na seção 2, “Interpretação semântica”, deste artigo: o PPC, ao contrário de outras línguas românicas, no português atual é um quantificador de eventos, expressando pluralidade, como:

(a) expressando duração:

(11) Vinte e cinco anos de existência atribulada e porventura mal amada, o ensino politécnico *tem sofrido* de alguma maldição ou, no mínimo, de maledicência, decorrentes do simples atrevimento de existir e ter posto fim a mais de 700 anos de monopólio do ensino universitário (PP, O, 1998, JB)⁷.

(12) sobretudo se nos damos conta de que, tradicionalmente, a tendência da administração pública no Brasil *tem sido* a de aumentar os tributos sempre que não tenha coragem de cortar os gastos públicos ou de enfrentar os sonegadores (PB, O,1990).

(b) expressando iteração:

(13) Muito se *tem dito e escrito* acerca do ensino politécnico e da sua importância, ou não, como subsistema do ensino superior, e pouco se *tem dito e escrito* que corresponda verdadeiramente ao seu relevante papel como instituição formadora capaz de recuperar um desenvolvimento regional que tarda, e quase nada sobre a realidade política e científica que conduziu à sua criação (PP, O, 1998, JB).

(14) Calcula-se que nada menos do que 90% de todo o comércio exterior brasileiro *tem feito* isso através de nossos portos (PB, O, 1990).

Tabela 3 – Valores aspectuais do PPS nas variedades do português

PPS				
	PP		PB	
	Nº	%	Nº	%
Iteração	-	-	1	0,3%
Duração	8	1%	4	0,7%
Perfectivo	556	99%	538	99%
TOTAL (Leitura vertical)	564	100%	543	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

O PPS, na Tabela 3, aparece com maior número de ocorrências expressando valor aspectual perfectivo, 99% tanto no PE quanto no PB (cf. exemplos 5 e 6); com poucas ocorrências exprimindo duração (1% no PP e 0,7% no PB; cf. exemplos 7 e 8) e apenas uma ocorrência no PB com valor de iteração (cf. exemplo 19):

(a) valor perfectivo:

(15) Certo diretor de jornal fluminense *contratou* o mestre Cambará de Melo para organizar as vírgulas do seu conceituado diário (PB, O, 1974).

(16) Dois rapazes *chegaram* num Hamical de corrida. *Entraram* e um deles ao olhar para o Gras, grita para o outro com grande espanto: Olha o carro onde o Pascoaes *deu* um trambolhão! *Achei*-lhe imensa graça! O rapaz *dirigiu-se* depois a mim, perguntando-me se eu conhecia o Pascoaes [...] (PP, CO, 1926, TP).

b) valor durativo:

(17) Não imagina quanto apreço tenho pela sua inteligência e cultura. Quanto me *impressionou sempre* o seu poder de penetração intelectual e a maneira clara como expõe os seus pontos de vistas (PP, CO, 1948, ML).

(18) Fico feliz porque V. Ex^a expressa um ponto de vista que *foi* sempre o meu (PB, O, 1990).

(c) valor iterativo (único exemplo foi o encontrado no PB):

(19) Durante anos, o bom João *plantou* sua lavoura muito nacional, muita flor de resedá (PB, O, 1974).

Esses dados confirmam ainda a nossa hipótese de que o PPS, assim como o PPC, também pode expressar pluralidade, porém cada um de um modo específico.

Assim, podemos afirmar que, nas duas variedades do português, o PPS predomina expressando valor perfectivo. Esses resultados também nos permitem observar que o PPC e o PPS expressam valores aspectuais semelhantes no Português Brasileiro (PB) e de Portugal (PP) contemporâneos. O cruzamento entre o fator “presença ou ausência de adjunto adverbial” e a variedade do português (PP e PB) nos apoiará nessa análise.

Variedade do português versus ausência/presença de adjunto adverbial

A análise dos resultados da seção anterior aponta para uma possível semelhança no emprego do PPC e do PPS no português brasileiro (PB) e de Portugal (PP). Em ambas as variedades, a forma composta ocorreu predominantemente com valores aspectuais iterativo e durativo e a forma simples como perfectivo.

Outro grupo de fatores analisado foi a “presença/ausência de adjunto adverbial” nas frases em que foram encontradas as formas simples e compostas do pretérito perfeito. Primeiramente observamos presença ou não de adjunto na frase. No caso de presença, verificamos qual função o adjunto exercia: 1. marcava aspecto em combinação com a forma verbal (Carina sempre morou em Barcelona – o advérbio SEMPRE marca aspecto durativo ou habitual combinado com o aspecto perfectivo expresso pela forma verbal); 2. reforçava um aspecto expresso pela forma verbal (O cachorro já bebeu toda a sua água – o advérbio JÁ reforça o valor aspectual expresso pelo tempo verbal: o evento se concluiu dentro de um intervalo de tempo passado).

Vejam agora a análise da presença/ausência de adjuntos adverbiais nas ocorrências do PPC:

Tabela 4 – As ocorrências do adjunto adverbial *versus* variedade do português no PPC

PPC				
	PP		PB	
	N ^o	%	N ^o	%
Reforço	4	7%	1	3%
Ausência de adjunto adverbial	57	93%	29	97%
Combinação “adjunto + forma verbal”	-	-	-	-
TOTAL (Leitura vertical)	61	100%	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 4, constatamos que 93% no PP e 97% no PB das ocorrências do PPC foram encontradas sem a presença de um adjunto adverbial. Esse resultado confirma a nossa hipótese de que a forma composta expressa iteração e duração por si só, sem necessariamente estar acompanhada de adjunto adverbial.

Além disso, esses resultados nos permitem afirmar que essa propriedade do PPC é aplicável tanto para o Português Brasileiro (PB) como para o Português de Portugal (PP). Para ilustrarmos essa constatação, podemos citar os exemplos 1 a 4 da seção anterior.

Além disso, das 91 (96%) ocorrências do PPC (61 ocorrências no PE e 30 no PB), apenas 4 (4%), 3 em PP e 1 em PB, estão acompanhadas de adjunto adverbial, reforçando⁸ o valor semântico já expresso pela forma composta:

(20) *Tenho* por várias vezes me *dirigido* ao povo de Pernambuco, mas em poucas oportunidades com tanta tranqüilidade e com tanta consciência do dever cumprido (PB, O, 1989).

(21) *Ultimamente tenho composto* algumas poesias, uma em tercetos, [...] e uma em quadras dedicadas a minha Musa (PP, CO, 1924, TP).

(22) *Quem não aguentou fui eu e desde essa altura que tenho saído* com um rapaz diferente cada fim-de-semana (PP, CO, 1995, R).

(23) *Desde de que a revista saiu que tenho comprado* todos os números e reconheço que é uma revista deveras interessante. Com artigos diferentes e muito porreiros (PP, CO, 1994, R).

Para o Pretérito Perfeito Simples (PPS), computamos os seguintes resultados:

Tabela 5 – As ocorrências do adjunto adverbial *versus* variedade do português no PPS

PPS	PP		PB	
	Nº	%	Nº	%
	Reforço	47	8%	36
Ausência de adjunto adverbial	509	90%	503	93%
Combinação “adjunto + forma verbal”	8	2%	4	0,7%
TOTAL (Leitura vertical)	564	100%	543	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre as ocorrências da forma simples, assim como aconteceu entre as ocorrências da forma composta, predominou a ausência de adjunto adverbial: 90% no PP e 93% no PB. Além disso, apenas 8% do PPS na variedade portuguesa e 6,3% na brasileira apareceram em situações em que o adjunto reforça o valor aspectual perfectivo expresso pela forma verbal, como nos exemplos a seguir:

(24) *Já antontem* lhe *escrevi*, em resposta à sua primeira carta, perfeitamente encantado com suas palavras que me tocaram no íntimo do coração (PP, CO, 1924, TP).

⁸ A estrutura “desde que”, encontrada acompanhando o PPC, foi considerada como “reforço” do valor aspectual já expresso pela forma composta, marcando o momento em que a pluralização do evento se iniciou. Não poderíamos considerá-la como “combinação”, pois essa estrutura não expressa pluralidade por si só.

(25) Arre! Também! *já lêste* “O Primo Basílio?” Se não, não leias que te perverterá o nobre coração (PB, CO, 1904, ML).

(26) Estou apaixonada por um rapaz. *Já me enrolei* um bocado com ele, mas embora me pedisse, não fiz amor com ele (PP, CO, 1995, R).

E, por fim, com menor produtividade nas duas variedades (2% no PP e 0,7% no PB), temos o caso de combinação do “PPS + adjunto adverbial”. Nesse caso, o PPS, auxiliado pelo adjunto, exprime duração e iteração⁹. Para ilustrarmos o PPS expressando, combinado com adjunto adverbiais, eventos pluralizados, podemos voltar aos exemplos 17, 18 e 19, já citados neste artigo.

Esses resultados indicam – assim como os encontrados nas seções anteriores – que o Pretérito Perfeito Simples (PPS) e o Pretérito Perfeito Composto (PPC) possuem funções semelhantes no PP e no PB.

Variedade do português versus telicidade do verbo

Para analisarmos a telicidade dos verbos, partimos das concepções defendidas por Travaglia (1994). Consideramos verbo *télico* aquele que exprime uma situação que “caminha” para um clímax ou ponto terminal natural, e verbo *atélico* aquele que expressa uma situação que não tende a um fim necessário.

O número de ocorrências dos tipos de verbos (télico ou atélico), encontrados conjugados em PPS e PPC, cruzado com o número de ocorrências do grupo de fatores “variedade do português” nos levou aos seguintes resultados:

Tabela 6 – Telicidade do verbo *versus* variedade do português no PPC

PPC				
	PP		PB	
	Nº	%	Nº	%
Télico	23	38%	12	40%
Atélico	38	62%	18	60%
TOTAL (Leitura vertical)	61	100%	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 7 – Telicidade do verbo *versus* variedade do português no PPS

PPS				
	PP		PB	
	Nº	%	Nº	%
Télico	314	56%	373	69%
Atélico	250	44%	170	31%
TOTAL (Leitura vertical)	564	100%	543	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

⁹ A combinação “PPS + adjunto adverbial” expressando iteração ocorreu apenas uma vez, no PB, como mostra o exemplo 19.

Na Tabela 6, verificamos que o PPC tende a ocorrer com mais frequência com verbos atéticos tanto no PP (62%) como no PB (60%). Por sua vez, para a forma simples, como podemos observar na Tabela 7, encontramos maior número de ocorrências dos verbos téticos: 56% no PP e 69% no PB.

Essa análise quantitativa dos dados nos permite constatar, apoiando-nos no estudo do tipo de verbos (telicidade), que o PPS e o PPC possuem comportamentos semelhantes nas duas variedades do português.

Para refinarmos essa análise, devemos, além de analisarmos quantitativamente, fazer um estudo qualitativo desses dados. Para isso, será necessário levar em consideração o cruzamento entre os grupos de fatores “telicidade” e o “valor semântico”.

Observemos o cruzamento desses fatores para o PPC:

Tabela 8 – Telicidade *versus* valores aspectuais do PPC no PP e PB

PPC						
	Tético		Atético		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Iteração	36	68%	17	32%	53	100%
Duração	1	3,6%	27	96,4%	28	100%
Perfectivo	-	50%	-	50%	0	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 8, verificamos, fazendo uma leitura horizontal, que, das 53 ocorrências do PPC com valor iterativo, 36 (68%) são com verbos téticos e 17 (32%) com verbos atéticos; e das 28 ocorrências exprimindo o valor durativo, apenas 1 (3,6%) ocorre com verbos téticos e 27 (96,4%) são com verbos atéticos. Esses dados demonstram que – relacionando esses resultados com os da análise da Tabela 6 – a hipótese de Castilho (1966) de que há combinação entre verbos téticos/atéticos e os valores iterativos/durativos torna-se válida tanto para o PP quanto para o PB:

(a) Iteração + verbos téticos:

(27) Calcula-se que nada menos do que 90% de todo o comércio exterior brasileiro *tem feito isso* através de nossos portos (PB, O, 1990).

(28) *Tenho entregue* na Livraria Portugal, que os tem distribuído também por outras livrarias, os números de “Cvltvra” que me têm sido enviados (PP, CO, 1948, ML).

(b) Duração + verbos atéticos:

(29) Até aqui o nosso pobre livro *tem vivido* à sombra dos privilégios concedidos à imprensa e às revistas (PB, CO, 1926, ML).

(30) Em vez de apresentar desculpas pela carta tão afectuosa que tanto gostei de receber, prefiro contar-lhe, embora resumidamente, o que *tem sido* a minha vida nos últimos dez meses [...] (PP, CO, 1948, ML).

A leitura vertical da Tabela 8 comprova essa nossa análise, mostrando-nos também, entre as ocorrências da forma composta, a predominância do valor iterativo no grupo dos verbos téticos (97%) e a predominância do valor durativo no grupo dos verbos atéticos (61%).

Já para o PPS, temos os seguintes resultados:

Tabela 9 – Telicidade *versus* valores aspectuais do PPS no PP e PB

PPS						
	Télico		Atélico		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Iteração	1	100%	-	0%	1	100%
Duração	3	25%	9	75%	12	100%
Perfectivo	693	63%	401	37%	1.094	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 9 demonstra que das 1.094 formas simples com valor perfectivo, temos um maior número de ocorrências com verbos télicos (693/63%) do que com verbos atélicos (401/37%). Associando esse resultado com os encontrados na Tabela 7 – em que observamos maior produtividade dos verbos télicos com PPS tanto no PP como no PB –, podemos levantar a hipótese de que o PPS é mais produtivo com verbos télicos nas duas variedades do português, pois esse tipo de verbo indica uma situação que necessariamente chega a um fim, e a forma simples, expressa, sem estar acompanhada de adjunto, um evento acabado, ou seja, com um fim dentro de um determinado intervalo de tempo:

(31) O jornaleco vagabundo de que te *mandei* umas amostras (PB, CO, 1921, p. 77, GR).

(32) Andava com um rapaz e as coisas corriam bem [...]. Um dia *entrei* num bar e vi-o beijar um homem. [...] Por isso resolvi acabar a relação (PP, CO, 1995, R).

Assim, constatamos que, em relação ao tipo de verbo, télico ou atélico, as formas simples e compostas no PP e no PB aparecem com o mesmo comportamento, evidenciando que a nossa proposta de definição do PPC para o PB pode ser aplicada também para o PP.

Grau de formalidade versus variedade do português

Por fim, ao cruzarmos os resultados obtidos da análise do grupo de fatores “variedade do português (PP e PB)” com os obtidos pelo último grupo de análise, o “grau de formalidade”, chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 10 – Variedade do português *versus* grau de formalidade no PPC

	PPC					
	[-] Formal		[+] Formal		TOTAL (Leitura horizontal)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PP	27	44%	34	56%	61	100%
PB	17	57%	13	43%	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 10, podemos observar que as ocorrências do PPC no PP e no PB não apresentam diferenças (os números são próximos) e não variam de acordo com o grau de formalidade dos textos e compunham o *corpus*. Esses resultados vêm consolidar a hipótese de que o que condiciona o uso dessa forma composta é o seu valor semântico específico: utilizamos o PPC para expressar eventos de forma genérica e indefinida, com valores de iteração ou duração, independentemente do grau de formalidade do texto. Além disso, embora apareça uma pequena diferença quantitativa entre os usos do PPC no PP e no PB – no PP temos baixa ocorrência do PPC em contextos [-] formais (27 ocorrências) e no PB em contextos [+] formais (13 ocorrências) –, qualitativamente essa variação numérica não é relevante, pois os usos dessas duas formas verbais são semelhantes nas duas variedades do português estudadas; o que condicionou o uso desses tempos foram as suas restrições semânticas citadas anteriormente.

Tabela 11 – Variedade do português *versus* grau de formalidade no PPS

	PPS					
	[-] Formal		[+] Formal		TOTAL (Leitura horizontal)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PP	382	68%	182	32%	564	100%
PB	398	73%	145	27%	543	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto ao PPS, na Tabela 11, verificamos que, tanto no PB quanto no PP, o número de ocorrências foi próximo. Entretanto, podemos observar que houve maior frequência de PPS nos textos [-] formais: no PP encontramos 382 (68%) formas simples, e no PB, 398 (73%). Acreditamos que isso ocorre porque os textos [-] formais de nosso *corpus* são compostos por cartas informais e, em sua maioria, contêm diversos trechos com narrativas de fatos passados (perfectivos), como em:

(33) Sempre *fui* uma miúda certinha, incapaz de sair com dois rapazes ao mesmo tempo. Mas o meu problema *começou* quando o meu namorado me *disse* que tínhamos que acabar por que no Natal se estava a aproximar e ele, muito sem-vergonha, não sabia se conseguiria agüentar sem me por os cornos (PP, CO, 1995, R).

(34) Teça, *escrevi* há dias ao Heitor mas creio que a carta não *chegou*. Hoje escrevo de novo, explicando o que há (PB, CO, 1916, ML).

Por sua vez, os textos [+] formais que compõem o nosso *corpus* são um conjunto de discursos elaborados por políticos, comandantes do Exército, membros da Academia de Letras e presidentes de partidos, que se caracterizam por possuírem em seu conteúdo promessas, comentários, situações de uso que não favorecem o emprego do PPS.

Com base nesses dados, também podemos verificar similitudes no uso do PPC e do PPS nas duas variedades do português.

O EMPREGO DO PPC E DO PPS NO PORTUGUÊS DO BRASIL E DE PORTUGAL

A partir da comparação entre vários grupos de fatores (traços aspectuais, presença e/ou ausência de adjunto, telicidade e grau de formalidade) – que auxiliam na interpretação das formas simples e composta – e a variedade do português, observamos que não existe nenhuma diferença significativa no emprego do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Pretérito Perfeito Composto (PPC) no PP e no PB. Sendo assim, podemos concluir que o PPS e o PPC possuem características e funções semelhantes nas duas variedades.

O pretérito perfeito do modo Indicativo no português possui, então, as seguintes características:

- a) A forma simples e a forma composta possuem a mesma definição temporal.
- b) O PPC é um operador quantificacional, que expressa pluralidade de eventos (iteração ou duração) por si só, sem o auxílio de adjuntos adverbiais.
- c) O PPC é menos produtivo do que o PPS por ser usado apenas em situações semânticas restritas [+genéricas] e [+indefinidas]. Essa característica justifica o resultado da Tabela 1: encontramos mais ocorrências do PPC no PP (61 ocorrências) em relação ao PB (30 ocorrências), pois os textos do PP, que constituem o nosso *corpus*, favorecem o emprego da forma composta: possuem muitos contextos em que o falante quer expressar a pluralidade de eventos de forma genérica e indefinida. A percentagem maior da forma composta no PP, portanto, não implica que ela possua usos e funções diferentes nas duas variedades do português.
- d) O PPS expressa, predominantemente, aspecto perfectivo, podendo, em algumas situações, ao combinar-se com adjuntos adverbiais, expressar duração ou iteração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, para realizarmos um estudo comparativo do pretérito perfeito simples e composto do Português Brasileiro (PB) com o Português de Portugal (PP) do século XX, partimos do princípio de que a forma simples e a composta do pretérito perfeito não se distinguem do ponto de vista temporal, e as diferenças devem ser estabelecidas em termos aspectuais.

As ocorrências selecionadas em nosso *corpus* – composto por textos de estilos diferentes – foram analisadas segundo alguns grupos de fatores (traços semânticos, presença e/ou ausência de adjunto, telicidade e grau de formalidade dos textos) – que auxiliam na interpretação das formas simples e composta – e a variedade do português, e pudemos observar que não existe nenhuma diferença significativa no emprego do Pretérito Perfeito Simples (PPS) e Composto (PPC) no PP e no PB. Por meio dessa análise, pudemos concluir que o PPC e o PPS possuem características e funções semelhantes nas duas variedades.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. B. *Tenho feito/fiz a tese: uma proposta de caracterização do pretérito perfeito no português*. 2008. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa)–Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- CANO, W. M. *O emprego do perfeito composto na linguagem jornalística*. Araraquara: Unesp, 1998. Mimeografado.
- CASTILHO, A. T. A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português. *Alfa*, Marília, v. 9, p. 105-153, 1966.
- FFCL, 1966. p. 105-153.
- COMRIE, B. *Tense*. 2. ed. Cambridge: CUP, 1986.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução a sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1972.
- DIAS, A. E. S. *Sintaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Clássica, 1970.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1995.
- ILARI, R. Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português – notas de um projeto de pesquisa. In: DEL CARRATORE, E. et al. *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p. 181-183.
- _____. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Notas para uma semântica do passado composto em português*. São Paulo: Contexto, [s.d.].
- KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LOBATO, L. M. P. *L'auxiliarité en langue portugaise*. 1971. Thèse (Doctorat en Linguistique)–Université de Paris III, Paris, 1971.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- MELO, G. C. de *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- PEREIRA, E. C. *Gramática histórica*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1927.
- REICHENBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: Dover, 1980.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: UnB, 1964.
- SILVA, P. N. *Os tempos compostos do sistema verbal português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. (Coleção de Estudos Pós-Graduados).

SOARES BARBOSA, J. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. 5. ed. Lisboa: [s.n.], 1871.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 3 ed. Uberlândia: UFU, 1994 [1981].

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.

BARBOSA, J. B. The “pretérito perfeito simples” (simple past tense) and the “pretérito perfeito composto” (compound past tense) in Portuguese of Brazil and Portuguese of Portugal. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 176-194, 2012.

Abstract: This research has for objective a comparative study of the uses of “Pretérito Perfeito Simples” (Simple Past Tense) and “Pretérito Perfeito Composto” (Compound Past Tense) in contemporary Brazilian and European Portuguese. We search: 1. a characterization that comes from an abstract semantic definition to arrive at an explanation of the possible uses and functions attributed to the two past forms in current Portuguese; 2. the identification of similarities and/or differences in the uses and functions of these tenses in these two different varieties of current Portuguese (European Portuguese and Brazilian Portuguese).

Keywords: linguistic variation; semantic features; portuguese.

Recebido em janeiro de 2012.
Aprovado em fevereiro de 2012.